

Bresser defende acordo de preço

O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, que também participou do VI Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), defendeu um acordo entre o governo e as maiores empresas do país para que elas não reajustem seus preços durante dois ou três meses, logo após a implantação do real. Seria uma espécie de congelamento negociado através de um acordo de cavalheiros. Bresser disse que a inflação na fase do real deverá ficar em torno de 3% ao mês.

O presidente da Brasilpar, Roberto Teixeira da Costa, disse que muitas companhias “cumpriram o ritual” de ajuste ao plano de estabilização, “mas a maioria não conseguiu atingir o equilíbrio fundamental para a passagem da segunda para a terceira fase”. As empresas que não atingiram índices satisfatórios de eficiência e produtividade, a seu ver, “correm o risco de serem pegas no contra-pé”. Costa entende que, na terceira fase (a da criação do real), será preciso fazer ainda mais,

atingindo “setores sagrados” das empresas, como o alto escalão.

O executivo arriscou dizer que “nem todas as empresas vão sobreviver a esse traumático processo”. Segundo ele, o empresariado terá mais confiança nos próximos passos da economia ao observar a continuidade de reforma constitucional, uma política de taxas de juros aceitáveis e a continuidade e mais agressividade nas exportações.

Na área política, no entanto, o plano ainda enfrenta resistências. O economista Rubens Penha Cysne, da Fundação Getúlio Vargas, pediu pressa na passagem para a terceira fase do plano. “Há um custo absurdo de US\$ 2 bilhões só de imposto inflacionário que a sociedade tem que arcar. O pior é que não há garantia de que, no momento da transição para real, os preços estarão em equilíbrio.”

O senador Eduardo Suplicy, do PT-SP, anunciou que o partido se reúne hoje para decidir se vai ou não apoiar a MP457.